



# As histórias que a Pnad conta

# As mudanças no mercado de trabalho

- A entrada da mulher no mercado de trabalho
- O aumento da escolaridade da mão de obra
- A migração da força de trabalho da agricultura para indústria
- A migração do pessoal ocupado da indústria para os serviços
- A informalidade crescente e o recente processo de formalização

A Força de Trabalho brasileiro, isto é, o contingente populacional encarregado da produção de bens e serviços no País, é estimada em 1970 em torno de 32,5 milhões de pessoas.

Esse contingente corresponde aproximadamente a 35% do volume

demográfico total, relação que recebe a denominação de "taxa de atividade econômica" da população. Esse percentual indica que os encargos da população ativa atingem a 0,78, isto é, a cada 100 componentes da Força de Trabalho correspondem 78 pessoas economicamente inativas.

Este nível de dependentes por pessoas economicamente ativas é elevado no contexto internacional, e decorre sobretudo do efeito etário da população, e em menor grau, da ainda participação moderada da mulher brasileira na Força de Trabalho.

fato que decorre do ritmo de urbanização e industrialização nacional. Assim sendo, assume papel relevante nessa maior participação o rompimento de padrões de comportamento e resistências culturais ao desempenho das mulheres em atividades econômicas. Com base nas informações do PNAD, podemos estimar em 41,4 anos para os homens, e em 15,7 anos para as mulheres, a vida bruta economicamente ativa entre os 15 e 59 anos de idade. Esse indicador mostra objetivamente qual seria a permanência média da população no processo de produção de bens e serviços, se a mortalidade não interessasse na dinâmica. De certa maneira, podemos aliar ao indicador o reflexo de variáveis sociológicas e, em particular, a atitude e comportamento da população em participar da força de trabalho. Parece claro que em circunstâncias teóricas, isto é, se todas as pessoas, com idades entre os 15 e 59 anos, participassem do contingente ativo e não houvesse óbitos, o seu valor seria de 45. Para o sexo masculino as diferenças do indicador para áreas agrícolas e industrializadas são relativamente inexpressivas, pois sabidamente os homens exercem atividades econômicas, qualquer que seja o nível de desenvolvimento da área. Para as mulheres, no entanto, as diferenças de vida média chegam a ser acentuadas entre áreas agrícolas e industrializadas e, inversamente ao caso masculino, tendem a aumentar com o progresso. Concretamente no caso brasileiro, observa-se estabilização de vida média no decorrer do 1960-69, enquanto que entre as mulheres a média se elevou de 8,1 anos para os mencionados 15,7 anos no mesmo intervalo de tempo. Esta variação no caso feminino indica que houve aumento não apenas da participação relativa, mas ainda o aumento da permanência temporal das pessoas deste sexo no contingente economicamente ativo. A vida líquida economicamente ativa, isto é, o número médio de anos que efetivamente a população participa da Força de Trabalho, é estimada em 38,4 anos para os homens e 15,0 para as mu-

# FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

MANOEL AUGUSTO COSTA

Segundo dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relativos ao segundo trimestre de 1968 e 1969, a Força de Trabalho das regiões Nordeste, Sudeste e Sul em conjunto evoluiu de 29 119 mil pessoas para 29 872 mil nesse intervalo de tempo.

Esse contingente, para o qual se conta com algumas informações estatísticas, representa uns 93% do contingente ativo do país, e portanto, as suas características podem ser generalizadas para o Brasil globalmente, com larga margem de segurança.

A evolução acima mencionada corresponde a taxa anual de crescimento de 2,68%, valor levemente inferior ao crescimento médio anual da população global do país entre 1960-70, segundo as primeiras informações fragmentárias do Censo de 1970.

Em confronto com o ritmo de 2,8% observado entre 1950-60, indica certa diminuição da oferta relativa de mão-de-obra, fato que está intimamente ligado à redução do incremento demográfico global, que parece estar ocorrendo segundo aquelas primeiras informações censitárias.

As informações referentes a 1969 para as três macro-regiões em conjunto indicam que 51% dos homens participam da Força de Trabalho, enquanto que a taxa feminina atinge somente os 21%.

A taxa feminina, se observada temporariamente, reflete considerável aumento da participação da população feminina na Força de trabalho, que em 1960 estava em torno de apenas 12%.

Esse acentuado aumento da participação relativa feminina (quase dobrou em nove anos) reflete e está condicionada com toda certeza, a mudanças estruturais do mercado de produção, alterações de padrões sociológicos da população, urbanização e, portanto, ao desenvolvimento econômico nacional.

Convém advertir, no entanto, que essa taxa ainda se situa abaixo das observadas na maioria dos países europeus onde a taxa média para as mulheres atinge a valor em torno de 27%.

A taxa de participação masculina, ao contrário, vem apresentando lento declínio temporal, em consequência da

diminuição da participação relativa de jovens e idosos na força de trabalho, já que não houve alterações na composição por idades, que pudessem provocar efeito de redução.

Esses declínios refletem tanto a ampliação das oportunidades escolares como o aumento da eficiência e cobertura populacional do sistema de aposentadoria. O primeiro fator age no sentido de retardar o ingresso da população na força de trabalho, enquanto que o segundo, no sentido de acelerar o abandono.

Segundo os mesmos dados do PNAD, 42,3% da mão-de-obra se encontram no setor primário, 18,8% no secundário e 38,9% no terciário.

A distribuição setorial da mão-de-obra apontada pela pesquisa é consideravelmente distinta da observada por ocasião do recenseamento de 1960. Esse confronto aponta concretamente, significativa modificação na estrutura setorial

da mão-de-obra, com aumento elevado de aglutinação no setor secundário da economia.

Objetivamente, verifica-se que em 1960, para essas mesmas regiões, 53,4% da população ativa se encontravam no setor primário, apenas 13,0% no secundário e 33,6% no terciário.

Embora reconhecendo que a comparação efetuada não possa ser integralmente aceita, em decorrência de diferenças de conceitos adotados nas operações de levantamento estatístico, e da adoção de diferentes limites inferiores de idade para definição da Força de Trabalho, não é temerário assinalar que a mencionada transformação reflete intenso processo de mobilidade setorial de mão-de-obra. Essa mobilidade, ao que parece, se vem dando, principalmente, do setor de subsistência para os setores mais sofisticados e dinâmicos da economia, possivelmente como

reflexo do aumento do mercado interno.

Com base na observação comparada do crescimento setorial do PIB e da população ativa, tampouco é temerário assinalar que simultaneamente e satisfatoriamente, se vem registrando aumento da produtividade e absorção de mão-de-obra nos setores secundário e terciário da economia. Em outras palavras, a mudança estrutural da mão-de-obra tem-se dado com razoáveis ganhos de produtividade, refletindo dinâmica satisfatória do desenvolvimento e ampliação do mercado interno.

## A participação por idades

Os dados do PNAD apontam para as três regiões em con-

junto e entre outras informações a que equivale praticamente para o Brasil, o nível de participação da população na Força de Trabalho segundo as idades.

Essa informação se constitui num dos elementos de maior importância, quando se estudam e analisam os traços da Força de Trabalho.

Por um lado, as taxas por idade determinam a estrutura etária da população ativa e, por outro, refletem inúmeros fatores econômicos, sociais e culturais que interveem na dinâmica e aglutinação da mão-de-obra.

Assim e que entram em jogo na determinação dessas taxas, não apenas questões relacionadas a oportunidade de emprego, mas também a dimensão do sistema escolar, disposição da população em participar do processo produtivo, dimensão e eficiência do sistema previdenciário, padrões culturais e sociológicos da população, resistências culturais a participação da mulher no sistema produtivo, etc.

Na tabela a seguir, observamos essas taxas por sexo e grupos etários.

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO, POR SEXO E GRUPO DE IDADES

Regiões Nordeste, Sudeste e Sul em Conjunto		
— Quarto trimestre de 1969 —		
Grupo de idades	Homens	Mulheres
15 — 19	0,760	0,425
20 — 24	0,930	0,430
25 — 29	0,970	0,380
30 — 34	0,975	0,350
35 — 39	0,975	0,345
40 — 44	0,960	0,340
45 — 49	0,940	0,320
50 — 54	0,910	0,290
55 — 59	0,850	0,250
60 — 64	0,770	0,200
65 e mais	0,524	0,090

FONTE: IBGE-PNAD

As taxas masculinas aproximam-se, em quase todos os grupos, de taxas médias observadas em países industrializados, excetuando-se aquela referente ao grupo extremo mais velho.

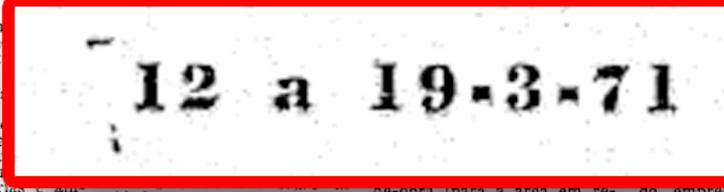
Segundo informações contidas num estudo das Nações Unidas, a percentagem média de pessoas economicamente ativas com 65 anos e mais de idade nos países industrializados é de 38%, enquanto que no caso ainda estamos aos 50%.

De certa maneira, a estrutura tem certa de temporal entre os executando-se na mais avançadas condições são para melhor, pois permitem a ampliação do sistema previdenciário.

No caso brasileiro, anota-se no período em observação que essa evolução se vem dando satisfatoriamente, com

razoável diminuição das taxas dos grupos acima dos 50 anos de idade.

A estrutura de participação feminina apresenta-se num nível que, sem rigor absoluto, pode ser classificada intermediariamente entre padrões médios observados em países agrícolas e padrões médios de países industria-



lizados, com uma taxa de participação feminina em torno de 25%.

Para o sexo masculino as diferenças do indicador para áreas agrícolas e industrializadas são relativamente inexpressivas, pois sabidamente os homens exercem atividades econômicas, qualquer que seja o nível de desenvolvimento da área. Para as mulheres, no entanto, as diferenças de vida média chegam a ser acentuadas entre áreas agrícolas e industrializadas e, inversamente ao caso masculino, tendem a aumentar com o progresso.

Concretamente no caso brasileiro, observa-se estabilização de vida média no decorrer do 1960-69, enquanto que entre as mulheres a média se elevou de 8,1 anos para os mencionados 15,7 anos no mesmo intervalo de tempo. Esta variação no caso feminino indica que houve aumento não apenas da participação relativa, mas ainda o aumento da permanência temporal das pessoas deste sexo no contingente economicamente ativo.

A vida líquida economicamente ativa, isto é, o número médio de anos que efetivamente a população participa da Força de Trabalho, é estimada em 38,4 anos para os homens e 15,0 para as mu-

lheres, a vida bruta economicamente ativa entre os 15 e 59 anos de idade. Esse indicador mostra objetivamente qual seria a permanência média da população no processo de produção de bens e serviços, se a mortalidade não interessasse na dinâmica. De certa maneira, podemos aliar ao indicador o reflexo de variáveis sociológicas e, em particular, a atitude e comportamento da população em participar da força de trabalho. Parece claro que em circunstâncias teóricas, isto é, se todas as pessoas, com idades entre os 15 e 59 anos, participassem do contingente ativo e não houvesse óbitos, o seu valor seria de 45. Para o sexo masculino as diferenças do indicador para áreas agrícolas e industrializadas são relativamente inexpressivas, pois sabidamente os homens exercem atividades econômicas, qualquer que seja o nível de desenvolvimento da área. Para as mulheres, no entanto, as diferenças de vida média chegam a ser acentuadas entre áreas agrícolas e industrializadas e, inversamente ao caso masculino, tendem a aumentar com o progresso. Concretamente no caso brasileiro, observa-se estabilização de vida média no decorrer do 1960-69, enquanto que entre as mulheres a média se elevou de 8,1 anos para os mencionados 15,7 anos no mesmo intervalo de tempo. Esta variação no caso feminino indica que houve aumento não apenas da participação relativa, mas ainda o aumento da permanência temporal das pessoas deste sexo no contingente economicamente ativo. A vida líquida economicamente ativa, isto é, o número médio de anos que efetivamente a população participa da Força de Trabalho, é estimada em 38,4 anos para os homens e 15,0 para as mu-

lheres, a vida bruta economicamente ativa entre os 15 e 59 anos de idade. Esse indicador mostra objetivamente qual seria a permanência média da população no processo de produção de bens e serviços, se a mortalidade não interessasse na dinâmica. De certa maneira, podemos aliar ao indicador o reflexo de variáveis sociológicas e, em particular, a atitude e comportamento da população em participar da força de trabalho. Parece claro que em circunstâncias teóricas, isto é, se todas as pessoas, com idades entre os 15 e 59 anos, participassem do contingente ativo e não houvesse óbitos, o seu valor seria de 45. Para o sexo masculino as diferenças do indicador para áreas agrícolas e industrializadas são relativamente inexpressivas, pois sabidamente os homens exercem atividades econômicas, qualquer que seja o nível de desenvolvimento da área. Para as mulheres, no entanto, as diferenças de vida média chegam a ser acentuadas entre áreas agrícolas e industrializadas e, inversamente ao caso masculino, tendem a aumentar com o progresso. Concretamente no caso brasileiro, observa-se estabilização de vida média no decorrer do 1960-69, enquanto que entre as mulheres a média se elevou de 8,1 anos para os mencionados 15,7 anos no mesmo intervalo de tempo. Esta variação no caso feminino indica que houve aumento não apenas da participação relativa, mas ainda o aumento da permanência temporal das pessoas deste sexo no contingente economicamente ativo. A vida líquida economicamente ativa, isto é, o número médio de anos que efetivamente a população participa da Força de Trabalho, é estimada em 38,4 anos para os homens e 15,0 para as mu-

lheres, a vida bruta economicamente ativa entre os 15 e 59 anos de idade. Esse indicador mostra objetivamente qual seria a permanência média da população no processo de produção de bens e serviços, se a mortalidade não interessasse na dinâmica. De certa maneira, podemos aliar ao indicador o reflexo de variáveis sociológicas e, em particular, a atitude e comportamento da população em participar da força de trabalho. Parece claro que em circunstâncias teóricas, isto é, se todas as pessoas, com idades entre os 15 e 59 anos, participassem do contingente ativo e não houvesse óbitos, o seu valor seria de 45. Para o sexo masculino as diferenças do indicador para áreas agrícolas e industrializadas são relativamente inexpressivas, pois sabidamente os homens exercem atividades econômicas, qualquer que seja o nível de desenvolvimento da área. Para as mulheres, no entanto, as diferenças de vida média chegam a ser acentuadas entre áreas agrícolas e industrializadas e, inversamente ao caso masculino, tendem a aumentar com o progresso. Concretamente no caso brasileiro, observa-se estabilização de vida média no decorrer do 1960-69, enquanto que entre as mulheres a média se elevou de 8,1 anos para os mencionados 15,7 anos no mesmo intervalo de tempo. Esta variação no caso feminino indica que houve aumento não apenas da participação relativa, mas ainda o aumento da permanência temporal das pessoas deste sexo no contingente economicamente ativo. A vida líquida economicamente ativa, isto é, o número médio de anos que efetivamente a população participa da Força de Trabalho, é estimada em 38,4 anos para os homens e 15,0 para as mu-

lheres, a vida bruta economicamente ativa entre os 15 e 59 anos de idade. Esse indicador mostra objetivamente qual seria a permanência média da população no processo de produção de bens e serviços, se a mortalidade não interessasse na dinâmica. De certa maneira, podemos aliar ao indicador o reflexo de variáveis sociológicas e, em particular, a atitude e comportamento da população em participar da força de trabalho. Parece claro que em circunstâncias teóricas, isto é, se todas as pessoas, com idades entre os 15 e 59 anos, participassem do contingente ativo e não houvesse óbitos, o seu valor seria de 45. Para o sexo masculino as diferenças do indicador para áreas agrícolas e industrializadas são relativamente inexpressivas, pois sabidamente os homens exercem atividades econômicas, qualquer que seja o nível de desenvolvimento da área. Para as mulheres, no entanto, as diferenças de vida média chegam a ser acentuadas entre áreas agrícolas e industrializadas e, inversamente ao caso masculino, tendem a aumentar com o progresso. Concretamente no caso brasileiro, observa-se estabilização de vida média no decorrer do 1960-69, enquanto que entre as mulheres a média se elevou de 8,1 anos para os mencionados 15,7 anos no mesmo intervalo de tempo. Esta variação no caso feminino indica que houve aumento não apenas da participação relativa, mas ainda o aumento da permanência temporal das pessoas deste sexo no contingente economicamente ativo. A vida líquida economicamente ativa, isto é, o número médio de anos que efetivamente a população participa da Força de Trabalho, é estimada em 38,4 anos para os homens e 15,0 para as mu-

lheres, a vida bruta economicamente ativa entre os 15 e 59 anos de idade. Esse indicador mostra objetivamente qual seria a permanência média da população no processo de produção de bens e serviços, se a mortalidade não interessasse na dinâmica. De certa maneira, podemos aliar ao indicador o reflexo de variáveis sociológicas e, em particular, a atitude e comportamento da população em participar da força de trabalho. Parece claro que em circunstâncias teóricas, isto é, se todas as pessoas, com idades entre os 15 e 59 anos, participassem do contingente ativo e não houvesse óbitos, o seu valor seria de 45. Para o sexo masculino as diferenças do indicador para áreas agrícolas e industrializadas são relativamente inexpressivas, pois sabidamente os homens exercem atividades econômicas, qualquer que seja o nível de desenvolvimento da área. Para as mulheres, no entanto, as diferenças de vida média chegam a ser acentuadas entre áreas agrícolas e industrializadas e, inversamente ao caso masculino, tendem a aumentar com o progresso. Concretamente no caso brasileiro, observa-se estabilização de vida média no decorrer do 1960-69, enquanto que entre as mulheres a média se elevou de 8,1 anos para os mencionados 15,7 anos no mesmo intervalo de tempo. Esta variação no caso feminino indica que houve aumento não apenas da participação relativa, mas ainda o aumento da permanência temporal das pessoas deste sexo no contingente economicamente ativo. A vida líquida economicamente ativa, isto é, o número médio de anos que efetivamente a população participa da Força de Trabalho, é estimada em 38,4 anos para os homens e 15,0 para as mu-

lheres, a vida bruta economicamente ativa entre os 15 e 59 anos de idade. Esse indicador mostra objetivamente qual seria a permanência média da população no processo de produção de bens e serviços, se a mortalidade não interessasse na dinâmica. De certa maneira, podemos aliar ao indicador o reflexo de variáveis sociológicas e, em particular, a atitude e comportamento da população em participar da força de trabalho. Parece claro que em circunstâncias teóricas, isto é, se todas as pessoas, com idades entre os 15 e 59 anos, participassem do contingente ativo e não houvesse óbitos, o seu valor seria de 45. Para o sexo masculino as diferenças do indicador para áreas agrícolas e industrializadas são relativamente inexpressivas, pois sabidamente os homens exercem atividades econômicas, qualquer que seja o nível de desenvolvimento da área. Para as mulheres, no entanto, as diferenças de vida média chegam a ser acentuadas entre áreas agrícolas e industrializadas e, inversamente ao caso masculino, tendem a aumentar com o progresso. Concretamente no caso brasileiro, observa-se estabilização de vida média no decorrer do 1960-69, enquanto que entre as mulheres a média se elevou de 8,1 anos para os mencionados 15,7 anos no mesmo intervalo de tempo. Esta variação no caso feminino indica que houve aumento não apenas da participação relativa, mas ainda o aumento da permanência temporal das pessoas deste sexo no contingente economicamente ativo. A vida líquida economicamente ativa, isto é, o número médio de anos que efetivamente a população participa da Força de Trabalho, é estimada em 38,4 anos para os homens e 15,0 para as mu-

lheres, a vida bruta economicamente ativa entre os 15 e 59 anos de idade. Esse indicador mostra objetivamente qual seria a permanência média da população no processo de produção de bens e serviços, se a mortalidade não interessasse na dinâmica. De certa maneira, podemos aliar ao indicador o reflexo de variáveis sociológicas e, em particular, a atitude e comportamento da população em participar da força de trabalho. Parece claro que em circunstâncias teóricas, isto é, se todas as pessoas, com idades entre os 15 e 59 anos, participassem do contingente ativo e não houvesse óbitos, o seu valor seria de 45. Para o sexo masculino as diferenças do indicador para áreas agrícolas e industrializadas são relativamente inexpressivas, pois sabidamente os homens exercem atividades econômicas, qualquer que seja o nível de desenvolvimento da área. Para as mulheres, no entanto, as diferenças de vida média chegam a ser acentuadas entre áreas agrícolas e industrializadas e, inversamente ao caso masculino, tendem a aumentar com o progresso. Concretamente no caso brasileiro, observa-se estabilização de vida média no decorrer do 1960-69, enquanto que entre as mulheres a média se elevou de 8,1 anos para os mencionados 15,7 anos no mesmo intervalo de tempo. Esta variação no caso feminino indica que houve aumento não apenas da participação relativa, mas ainda o aumento da permanência temporal das pessoas deste sexo no contingente economicamente ativo. A vida líquida economicamente ativa, isto é, o número médio de anos que efetivamente a população participa da Força de Trabalho, é estimada em 38,4 anos para os homens e 15,0 para as mu-

lheres, a vida bruta economicamente ativa entre os 15 e 59 anos de idade. Esse indicador mostra objetivamente qual seria a permanência média da população no processo de produção de bens e serviços, se a mortalidade não interessasse na dinâmica. De certa maneira, podemos aliar ao indicador o reflexo de variáveis sociológicas e, em particular, a atitude e comportamento da população em participar da força de trabalho. Parece claro que em circunstâncias teóricas, isto é, se todas as pessoas, com idades entre os 15 e 59 anos, participassem do contingente ativo e não houvesse óbitos, o seu valor seria de 45. Para o sexo masculino as diferenças do indicador para áreas agrícolas e industrializadas são relativamente inexpressivas, pois sabidamente os homens exercem atividades econômicas, qualquer que seja o nível de desenvolvimento da área. Para as mulheres, no entanto, as diferenças de vida média chegam a ser acentuadas entre áreas agrícolas e industrializadas e, inversamente ao caso masculino, tendem a aumentar com o progresso. Concretamente no caso brasileiro, observa-se estabilização de vida média no decorrer do 1960-69, enquanto que entre as mulheres a média se elevou de 8,1 anos para os mencionados 15,7 anos no mesmo intervalo de tempo. Esta variação no caso feminino indica que houve aumento não apenas da participação relativa, mas ainda o aumento da permanência temporal das pessoas deste sexo no contingente economicamente ativo. A vida líquida economicamente ativa, isto é, o número médio de anos que efetivamente a população participa da Força de Trabalho, é estimada em 38,4 anos para os homens e 15,0 para as mu-

lheres, a vida bruta economicamente ativa entre os 15 e 59 anos de idade. Esse indicador mostra objetivamente qual seria a permanência média da população no processo de produção de bens e serviços, se a mortalidade não interessasse na dinâmica. De certa maneira, podemos aliar ao indicador o reflexo de variáveis sociológicas e, em particular, a atitude e comportamento da população em participar da força de trabalho. Parece claro que em circunstâncias teóricas, isto é, se todas as pessoas, com idades entre os 15 e 59 anos, participassem do contingente ativo e não houvesse óbitos, o seu valor seria de 45. Para o sexo masculino as diferenças do indicador para áreas agrícolas e industrializadas são relativamente inexpressivas, pois sabidamente os homens exercem atividades econômicas, qualquer que seja o nível de desenvolvimento da área. Para as mulheres, no entanto, as diferenças de vida média chegam a ser acentuadas entre áreas agrícolas e industrializadas e, inversamente ao caso masculino, tendem a aumentar com o progresso. Concretamente no caso brasileiro, observa-se estabilização de vida média no decorrer do 1960-69, enquanto que entre as mulheres a média se elevou de 8,1 anos para os mencionados 15,7 anos no mesmo intervalo de tempo. Esta variação no caso feminino indica que houve aumento não apenas da participação relativa, mas ainda o aumento da permanência temporal das pessoas deste sexo no contingente economicamente ativo. A vida líquida economicamente ativa, isto é, o número médio de anos que efetivamente a população participa da Força de Trabalho, é estimada em 38,4 anos para os homens e 15,0 para as mu-

# O GLOBO

SEXTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2014 ANO XC - Nº 29.628

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO [oglobo.com.br](http://oglobo.com.br)

## RETRATOS DO BRASIL/PNAD

# Desemprego e desigualdade aumentam, mas renda sobe

### Inflação corroe os ganhos dos mais pobres

### Saneamento melhora e cresce acesso à internet

### Dilma cita dados positivos. Aécio e Marina criticam

#### PIOROU



#### DESIGUALDADE\*

Índice Gini (quanto menor melhor)

O índice de Gini, medida de concentração de renda, teve a primeira alta desde 1993, mas o indicador continuou abaixo de 0,500



#### TAXA DE DESEMPREGO

Força de trabalho à procura de emprego

O baixo crescimento da economia fez aumentar o desemprego, o que não ocorria desde 2009, ano de recessão no Brasil provocada pela crise global



#### MELHOROU



#### RENDA MÉDIA MENSAL - EM R\$

(Pessoas de 15 anos ou mais ocupadas)

O rendimento do trabalho subiu 5,7%, principalmente entre os que ganham mais. A alta para os 10% mais ricos foi de 6,4%



#### SANEAMENTO

Acesso à rede coletora

O saneamento no Brasil, apesar de ter crescido em 2013, ainda deixa de fora 35,7% dos lares



#### ANALFABETISMO

Com 15 anos ou mais de idade

A taxa de analfabetismo, que ficou parada em 2012, recuou no ano passado. Os mais velhos são maioria entre os que não sabem ler e escrever



O freio na economia e a inflação mais alta fizeram a desigualdade avançar em 2013, o que não ocorria há 20 anos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, mostrou ainda que o desemprego subiu de 6,1% para 6,5%, com 6,693 milhões de desempregados. Apesar disso, a renda dos trabalhadores au-

mentou 5,7%. O ganho foi maior para os 10% mais ricos. Entre os 10% mais pobres, o avanço foi de só 3,5%. Isso explica a piora na distribuição de renda. Candidatos à Presidência, Dilma afirmou que o desemprego ainda é baixo, Aécio falou em "fracasso do governo" e Marina culpou "políticas erradas". **PÁGINAS 5 e 25 a 29**

#### MÍRIAM LEITÃO

Pnad enriquece o debate eleitoral. **PÁGINA 26**

#### MERVAL PEREIRA

Começou a chegar a conta da desaceleração do PIB. **PÁGINA 4**

# Desigualdade, a maior das chagas brasileiras

- O aumento da desigualdade na ditadura militar, a ponto de provocar debate acalorado entre pesquisadores daqui e de fora
- A concentração de renda sem mudança durante a década de 1990
- A distribuição começa a melhorar nos anos 2000



## RETRATOS DO BRASIL/PNAD 2007

# Um país menos desigual

Ganho subiu 7,4% para trabalhadores mais pobres e caiu 0,6% entre ricos. Concentração se agravou no Centro-Oeste

Cássia Almeida

RIO, RIO GRANDE (RS) e BRASÍLIA

Um Brasil menos desigual, com trabalhadores mais protegidos. Foi assim que a maior pesquisa nacional de condições de vida encontrou o país ano passado. O IBGE lançou ontem a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007, mostrando ainda forte avanço do saneamento; menos analfabetos; mais crianças e menos jovens nas escolas; e internet atingindo mais computadores.

— Apesar da queda expressiva do grau de concentração, é preciso pensar em novas políticas públicas para dar maior velocidade à redução da desigualdade — disse Eduardo Nunes, presidente do IBGE.

No mercado de trabalho, a situação melhorou em geral. A queda de 2,4% na desigualdade de renda foi a maior desde 1990 — ano do confisco do governo Collor, com empobrecimento geral. O Índice de Gini, que mede o grau de concentração — sai de zero e, quanto mais perto de um, pior —, caiu de 0,540 para 0,528 de 2006 para 2007.

pesquisado em 2004, o rendimento ficou em R\$ 960.

A valorização foi menor que as de 2006 e 2005, mas encerra o terceiro ano seguido de ganho para os trabalhadores. São 15,6% desde o início da recuperação. O salário, porém, é menor que os R\$ 1.003 de 1998. O desemprego caiu de 8,4% para 8,2%, o menor desde os 7,8% de 1997.

— O mais significativo é quebrar essa estrutura da distribuição de renda. Está se quebrando uma inércia de décadas — disse Lauro Ramos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

## Centro-Oeste: salário puxado por profissionais liberais

A explicação matemática para queda da desigualdade está nas pontas. Os 10% mais pobres viram seu rendimento engordar 13,4%. Para o 1% mais rico, houve queda de 0,6%. Entre os 10% que ganham mais, a alta limitou-se a 0,38%.

— Pela primeira vez, num momento de recuperação da economia e alta dos rendimentos, vemos a desigualdade cair — afirmou Claudio Dedecca, economista da Unicamp

nais liberais, que ganham mais. Cimar Azeredo, gerente da integração da Pnad e da Pesquisa Mensal de Emprego, acredita que o aumento do emprego agrícola na região, que paga menos, pode ter influído.

Shirley Barbosa, geógrafa do Ibama, comemora o bom momento do funcionalismo público em Brasília, com reajustes de salários e mais acesso a bens. O mineiro Vanderley Alves da Silva, radicado em Brasília, trocou o emprego de motoboy por um negócio de vendas de marmittas, e viu sua renda dar um salto no último ano: de R\$ 800 para R\$ 2.400 por mês:

— Tenho chance de crescer mais. Foi só vencer o medo.

A situação se inverteu no Nordeste, que agora teve a maior queda na concentração:

— Uma queda nunca vista em qualquer série histórica de desigualdade — observou Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

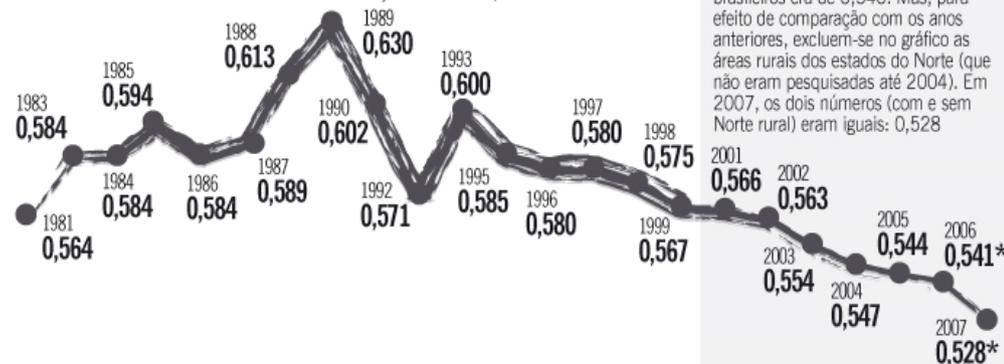
Em Rio Grande (RS), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou:

— Com muito orgulho eu posso dizer para vocês que melhoraram todos os indicadores sociais: melhorou a renda o

## DESIGUALDADE

### EM QUEDA

Índice de Gini dos rendimentos do trabalho: quanto menor, melhor

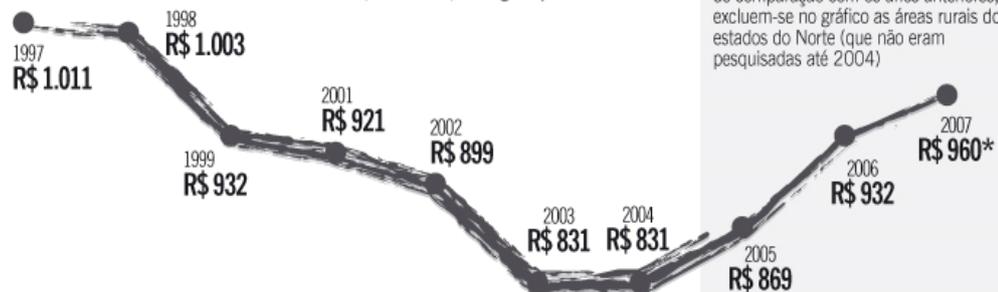


\*Em 2006, o Índice de Gini do rendimento de todos os trabalhos dos brasileiros era de 0,540. Mas, para efeito de comparação com os anos anteriores, excluem-se no gráfico as áreas rurais dos estados do Norte (que não eram pesquisadas até 2004). Em 2007, os dois números (com e sem Norte rural) eram iguais: 0,528

## RENDA

### EM CRESCIMENTO

Rendimento médio real mensal do trabalho, em reais, corrigido pelo INPC



\*A renda do trabalho dos brasileiros em 2007 foi de R\$ 956. Mas, para efeito de comparação com os anos anteriores, excluem-se no gráfico as áreas rurais dos estados do Norte (que não eram pesquisadas até 2004)

## EMPREGO

### MELHORA A TAXA DE DESEMPREGO



# **Trabalho infantil e a visibilidade dada pela Pnad**

- .Todo o ano, espera-se a Pnad para saber se diminuiu o número de crianças trabalhando
- .Foi a primeira pesquisa a mostrar os acidentes de trabalho com crianças e adolescentes em 2006

RETRATOS DO BRASIL

# 273 mil acidentes no trabalho infantil

Crianças são mais vulneráveis a doenças e ferimentos. Há 5,1 milhões trabalhando

Cássia Almeida e Leticia Lins

RIO e POMBOS (PE)

**P**ela primeira vez, o Brasil teve conhecimento de um dado dos mais preocupantes sobre o trabalho infantil no Brasil: 273 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos sofreram acidentes ou doenças causadas pelo trabalho em 2006. A informação foi divulgada ontem pelo IBGE, ao traçar uma radiografia das características do trabalho infantil no Brasil. Ao todo, há 5,1 milhões de brasileiros entre 5 e 17 anos trabalhando. Na faixa etária de 5 a 13 anos, na qual o trabalho de qualquer espécie é ilegal, pois nessa idade a criança sequer pode ser aprendiz, há 1,4 milhão no mercado de trabalho.

O número de acidentes com crianças impressiona quando comparado com o dos adultos: foram 404 mil acidentados num universo de mais de 20 milhões de profissionais com carteira assinada em 2006.

— Nossas crianças estão correndo perigo. A sociedade e o Estado precisam reagir de forma imediata. As lesões físicas e psíquicas são irreversíveis nessas crianças. Esse número é escandaloso — afirmou Renato Mendes, coordenador de



Hans von Manteuffel

**OESMENSEN**, de 13 anos, cortou o dedo descascando mandioca numa casa de farinha. Deixou a faca, mas foi trabalhar no roçado

## ECONOMIA

EFEITO COLATERAL

# Elas não brincam de casinha

OIT diz que crescimento do país elevou número de crianças no trabalho doméstico para 410 mil

Cássia Almeida e Leticia Lins

RIO e RECIFE

**D**entro de casa, invisível, solitário. O trabalho infantil doméstico, que está para ser incluído pelo governo na lista das piores formas de trabalho para as crianças, ocupava 410.732 meninas, meninos e adolescentes de 5 a 17 anos no Brasil, em 2006. O levantamento inédito, feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2006), do IBGE, mostra que o número teve crescimento — ainda que pequeno, de 1,26% — em relação ao de 2005, enquanto o total de crianças trabalhando no país caiu de 5,4 milhões para 5,1 milhões.

É o lado perverso da expansão da economia brasileira. Segundo a OIT, a melhora na renda entre as classes mais baixas permitiu que elas contratem o serviço das crianças, porque ele é muito barato. Para o econômico, especialmente de um mercado



Hans von Manteuffel

“

*O dinheiro dá para comprar umas coisinhas para mim e sobra alguma coisa para dar à minha mãe*

Clécia da Silva, 14 anos, que trabalha como babá em Recife

CLÉCIA RECEBE

cerca de R\$ 140

mensais para

# Pobreza em foco

•A pobreza caiu sistematicamente nas últimas duas décadas. Fonte: Pnad

ECONOMIA

# Real faz brasileiros viverem melhor

Pesquisa do IBGE comprova que os pobres foram os mais beneficiados pela estabilidade

Regina Alvarez

BRASÍLIA

Os brasileiros estão vivendo melhor e consumindo mais depois do Plano Real. Pela primeira vez, o Governo dispõe de informações consolidadas que comprovam a melhoria na qualidade de vida da população urbana e rural e o aumento do consumo, especialmente nas camadas de renda mais baixa. Resultados preliminares da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 95, realizada pelo IBGE, obtidos pelo GLOBO, mostram que no ano passado o número de residências com televisores em cores cresceu 21,37% em relação a 93, chegando a 31,66% na camada da população com renda até dois salários-mínimos. No mesmo período, o número de casas com freezer, entre as famílias de baixa renda, aumentou 41,5%

— A pesquisa mostra uma significativa ampliação do acesso das camadas da população de menor renda aos bens de consumo duráveis, além dos alimentos. Isso significa a incorporação dessas camadas a um mercado de consumo que até então não as absorvia — disse o porta-voz da Presidência da República,

aumento das taxas de juros, em abril. O crescimento das vendas, apesar das restrições, prossegue neste ano. No primeiro semestre, as vendas do setor de eletroeletrônicos aumentaram 33%, segundo dados divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria.

O aumento do consumo reflete a melhoria do perfil de renda nas camadas menos favorecidas. A pesquisa do IBGE abrange a evolução da renda, mas os dados ainda não estão disponíveis. A vantagem da pesquisa domiciliar é que ela tem uma série histórica — vem desde a década de 70 — e permite comparar a evolução da qualidade de vida.

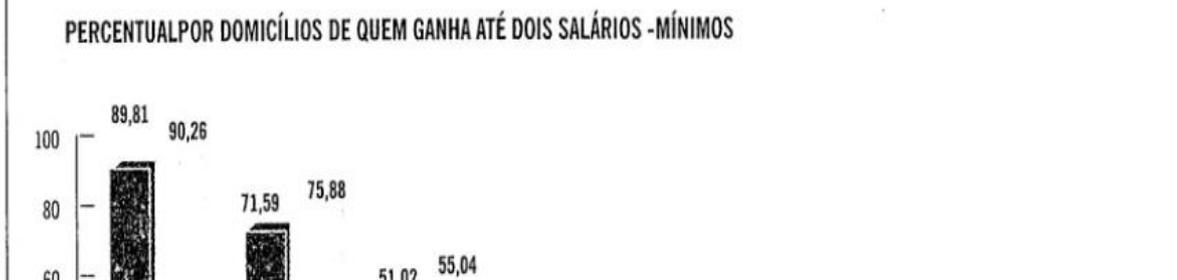
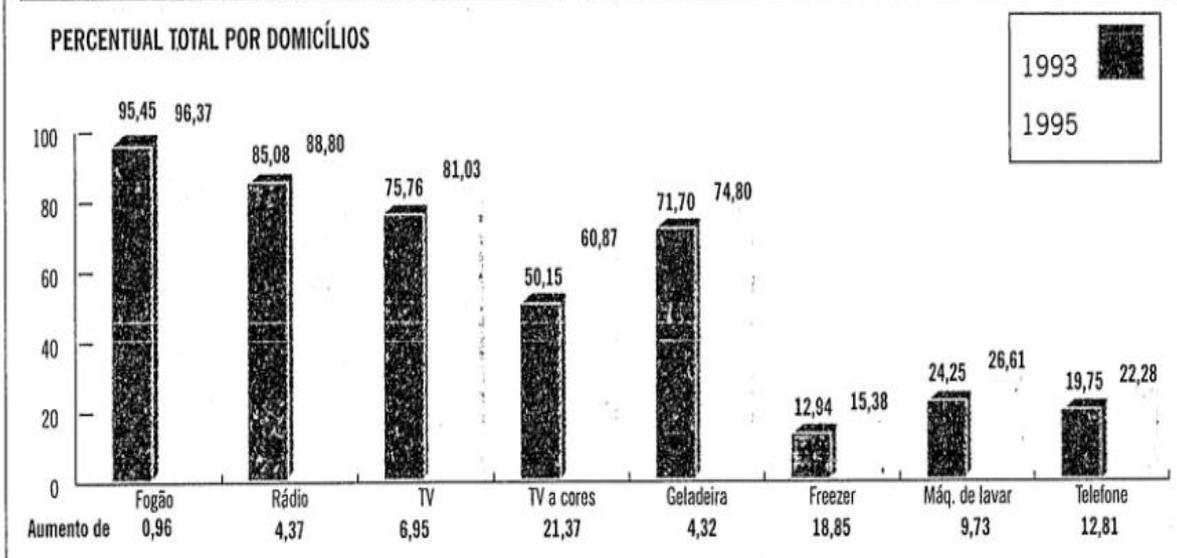
Em 93, 50,15% dos domicílios pesquisados tinham televisor em cores; em 95, o percentual subiu para 60,87%. Na população de renda mais baixa, até dois mínimos, o aumento é ainda maior: de 18,16% para 23,91%.

**Percentual de famílias de baixa renda que têm freezer cresceu 41,5%**

Na pesquisa de 93, o IBGE constatou que apenas 12,94% das residências tinham freezer. Em 95, o percentual subiu para 15,38%. Se forem consideradas apenas as famílias com renda até dois salários, o aumento é de 2,24% para 23,91%.

Editoria de Arte

**A MELHORA NO PADRÃO DE CONSUMO DEPOIS DO REAL**



Quinta-feira 6.11.2014

## Economia

SHANNON STAPLETON/REUTERS/30-3-2011

## Rating sob risco

PÁG. 28

## S&amp;P PODE MUDAR EM BREVE NOTA DO BRASIL

Lisa Schineller, diretora da agência, cita demora em anúncio da equipe econômica e baixo crescimento

MÁRCIA FOLETTTO

## Anda e para

PÁG. 30

## BICICLETA AVANÇA NO BRASIL, MAS DEVAGAR

Cariocas contam com 380 km de ciclovias, como a da rua Toneleiro (foto), bem atrás dos 650 km de Paris

## RETRATOS DO BRASIL

# Sim, miséria aumentou

Dados do Ipea confirmam que percentual de extremamente pobres subiu de 3,6% para 4%

CLARICE SPITZ  
clarice.spitz@oglobo.com.br  
DEMÉTRIO WEBER  
demetrio@bsb.oglobo.com.br

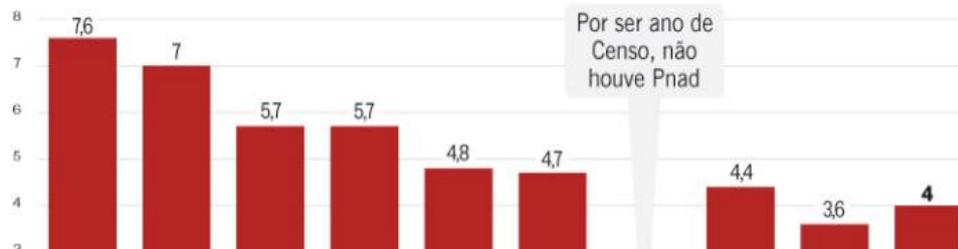
**-RIO E BRASÍLIA-** Passadas as eleições, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) informou que o número de brasileiros miseráveis subiu no ano passado. O Ipea esperou o fim do segundo turno para alimentar seu banco de dados com a informação, da qual já dispunha — e isso foi feito sem que a atualização fosse divulgada à imprensa. Os números oficiais confirmaram que, depois de dez anos de queda consecutiva, o percentual de miseráveis subiu de 3,6% em 2012 para 4% no ano passado. entre os brasilei-

## CENÁRIO PREOCUPANTE

DEPOIS DE QUEDAS SUCESSIVAS, MISÉRIA VOLTA A CRESCER

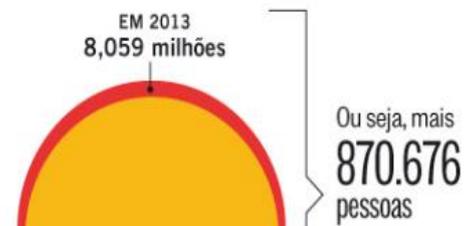
## Evolução dos dados

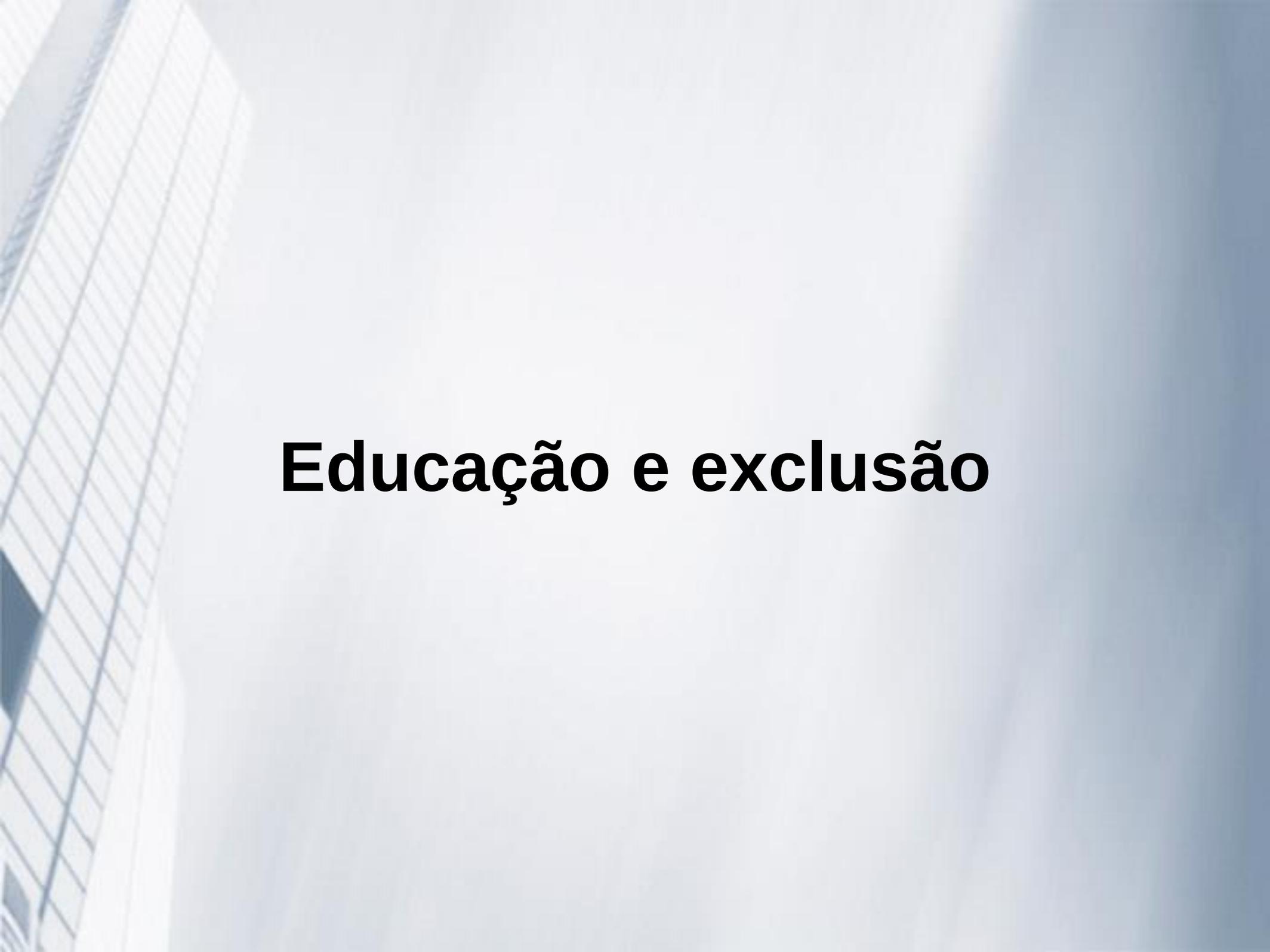
SEGUNDO O PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA, EM %



## O aumento no número de miseráveis

PELO RECORTE DO BRASIL SEM MISÉRIA, OU SEJA, RENDA PER CAPITA MENSAL DE R\$ 70





# **Educação e exclusão**

## RETRATOS DO BRASIL

# Na escola, sem saber o bê-á-bá

Segundo IBGE, Brasil tem 2,1 milhões de alunos entre 7 e 14 anos que são analfabetos

Demétrio Weber

BRASÍLIA

**O** Brasil tem 2,4 milhões de analfabetos com idade entre 7 e 14 anos, dos quais 2,1 milhões (87,2%) freqüentavam a escola no ano passado. A estimativa faz parte da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, divulgada ontem. Entre as crianças de 7 anos, 29% não sabiam ler e escrever, embora 90,8% delas fossem estudantes. No Nordeste, o percentual de jovens e crianças iletrados atingia impressionantes 44% da população nessa idade. No Norte, 39,6%.

O IBGE divulgou também o índice de analfabetismo na faixa dos 8 aos 14 anos: 5,4%. Mais uma vez, a presença de estudantes era majoritária. Do 1,3 milhão de analfabetos no grupo, 1,1 milhão (84,5%) estão na escola.

O analfabetismo entre crianças de 8 a 14 anos pode ser ainda mais preocupante, segundo especialistas. Isso porque desconsidera a população de 7 anos, que teoricamente estaria na 1ª série do ensino fundamental (2º ano, onde o fundamental dura nove anos), ainda em fase de alfabetização.



Hans von Manteuffel



# **O avanço da tecnologia**

## RETRATOS DO BRASIL

MÁRCIO ALVES



**Para todos.** Na casa de Giulia, 5 anos, e Guilherme, 7 anos, cada membro da família tem seu próprio computador

HANS VON MANTEUFFEL



**Sem água.** Daniele e a filha moram em casa sem água, erguida sobre palafitas, em Recife: "Tomamos banho de cuia"

# Em metade dos lares, telefone é só celular

Em 89,9% dos domicílios há algum tipo de linha telefônica. Internet já está em 36,5% das moradias

FABIANA RIBEIRO, CÁSSIA ALMEIDA E CAROLINA JARDIM  
economia@oglobo.com.br

Praticamente metade dos domicílios brasileiros — 30,4 milhões ou 49,7% — tem como linha telefônica apenas o aparelho celular, mostrou a Pesquisa

tos. Em dois anos, o acesso à rede em casa cresceu 40%, atingindo 22,3 milhões de lares, ou 36,5% do total. Essa presença vai de 20,2% no Norte até 46,1% no Sudeste.

— O avanço da internet vem da redução do preço e do avanço da renda. É importante para

## A INTERNET NOS LARES

MICROCOMPUTADOR LIGADO À INTERNET\*

36,5%, incluindo o Norte Rural, que só passou a ser investigado em 2004

2011  
37,1%

MAIS ACESSO

Em 2 anos, mais de 10 milhões de pessoas (acima de 10 anos)

## Máquina de lavar aparece na maioria das moradias do país

Mas em 15% dos domicílios não há água

0,3 ponto percentual sobre 2009. Mas o serviço ainda não chegou a quase 10 milhões de



**O erro**

NUNCA ANTES

# IBGE erra em estatísticas do Brasil

Instituto corrige Pnad, que agora mostra queda na desigualdade e avanço menor de renda

CLARICE SPITZ  
clarice.spitz@oglobo.com.br

O IBGE, instituto que tem 77 anos de história, informou ontem que errou pela primeira vez na sua principal pesquisa. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2013), que mostra o retrato socioeconômico mais amplo do país, com dados de mercado de trabalho, educação e acesso a bens do país, teve o peso de regiões metropolitanas em sete estados (Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul) superestimado. Como nessas regiões o rendimento costuma ser mais elevado que no interior dos estados, houve impacto no cálculo de concentração de renda.

O Índice de Gini (quanto mais perto de um 1, mais desigual) havia mostrado alta do abismo entre pobres e ricos no ano passado, mas com a correção, con-

## OS MAIS VULNERÁVEIS



menos: em vez de um avanço de 5,7%, agora cresce 3,8% para R\$ 1.651. O mesmo ocorre para os brasileiros com rendimento de todas as fontes, que tinha avançado 5,1%, agora sobe 3,4%.

Quando indagado se houve interferência política na alteração do resultado, mais positivo a cerca de duas semanas das eleições, Olinto foi categórico:

— Obviamente não. Dados como os da Pnad têm um embargo de 48 horas de antecedência. O governo também participa desse embargo. Seria surrealista lançar um dado e depois divulgá-lo sob pressão. Foi um erro técnico. Não há indício de pressão.

### WASMÁLIA: DESCONFORTO NO CARGO

Se os dados de concentração de renda ficaram melhores, os de analfabetismo e de trabalho infantil mostraram avanços menos intenso. Como ambos têm maior incidência no interior, os dados mostram que as regiões metropolitanas

miriamleitaoglobo.com.br

MÍRIAM  
LEITÃO

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

## A crise e a carta

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não gosta do que eu escrevo aqui sobre a crise do setor. Entendo. Desta vez, o diretor-geral, Hermes Chipp, enviou uma longa carta cheia de detalhes técnicos. Nenhuma palavra sobre a questão central que tenho escrito: estamos vivendo uma grave crise elétrica que está abalando a saúde financeira das empresas e ameaça cair sobre o consumidor.

**H**ermes Chipp disse que há “inconsistências” no que escrevi domingo. Contesta a necessidade de ter sido feita uma campanha para reduzir o consumo quando se constatou que a chuva foi pouca e o nível dos reservatórios estava caindo. Ele disse que, se houvesse a redução, o custo da energia seria o mesmo, já que teria que continuar sendo usada a geração térmica. “Visando à recuperação das usinas hidrelétricas buscando maior garantia no atendimento de 2015.”

Ora, se temos um problema que pode se estender até o ano que vem, qualquer economia levaria ao aumento da segurança do sistema. Em época de stress hídrico é hora, sim, de economizar.

Ele escreveu em outro parágrafo de sua longa carta, em resposta a uma coluna que citou o ONS late-

# Sindicância do governo no IBGE gera protesto de pesquisadores

## Acadêmicos não veem razão para PF e Receita apurarem erro estatístico

CÁSSIA ALMEIDA  
cassia@oglobo.com.br

A instalação de duas comissões para investigar o trabalho do IBGE depois de ocorrer um erro na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2013) causou indignação entre pesquisadores e acadêmicos. Usuários das estatísticas repudiam principalmente a Comissão de Sindicância Investigativa, cujos membros incluem representantes da Polícia Federal e da Receita.

— Estão usando política de segurança nacional. Não estamos mais no tempo do SNI. Um desrespeito total com a comunidade científica, que apoia e respeita o IBGE. Um tratamento indigno — afirmou Lena Lavinás, professora do Instituto de Economia da UFRJ.

A Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), que reúne demógrafos e sociólogos, manifestou apoio ao IBGE e prepara uma manifestação pública. “A Diretoria da ABEP vem, mais uma vez, manifestar todo o apoio ao IBGE e ao seu corpo técnico, bem como o repúdio a qualquer tentativa de ferir o princípio de in-

Corpo a corpo

ELZA BERQUÓ

## ‘Investigação policial não. Não podemos aceitar’

Uma das mais respeitadas demógrafas do país repudia a criação de comissão de sindicância investigativa: ‘vão prender alguém dentro do IBGE?’

A demógrafa Elza Berquó é uma das mais respeitadas do país, a ponto de dar nome ao Núcleo de Estudos de População da Unicamp. A instalação de uma comissão de sindicância investigativa, composta por um delegado federal e um auditor fiscal da Receita, revoltou a pesquisadora, que tem como fonte para suas pesquisas os dados produzidos pelo IBGE:

— Investigação policial não. Não podemos aceitar.

• Como a senhora vê essa comissão criada pelo governo, depois que o IBGE errou na



Intervenção. Elza Berquó: “Não podemos assistir a isso de forma passiva”

MICHEL FILHO/9-9-2013

# A nova Pnad

• Acompanhamento das famílias ao longo do tempo, um leque de cruzamentos se abre

Quarta-feira 26.8.2015

# Desemprego já atinge 8,35 milhões

Com queda na renda, busca por vagas dispara e taxa de desocupação no país vai a 8,3%

LUCIANNE CARNEIRO

lucianne.carneiro@oglobo.com.br

LUCAS MORETZON

lucas.moretzsohn@infoglobo.com.br

A procura por trabalho disparou no Brasil no segundo trimestre do ano. Sem geração de vagas suficientes, a taxa de desemprego subiu para 8,3% no segundo trimestre, o maior nível da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, iniciada em 2012. No segundo trimestre do ano passado, o desemprego tinha sido de 6,8%, e nos primeiros três meses deste ano, 7,9%. Ao mesmo tempo, a qualidade do emprego existente piorou: o contingente de empregados com carteira assinada — e direitos trabalhistas garantidos — caiu quase um milhão, enquanto o daqueles que trabalham por conta própria cresceu em magnitude semelhante.

Ao todo, 8,354 milhões de pessoas estavam desempregadas no país no período de abril a julho. Foram mais 1,587 de trabalhadores no grupo do que um ano antes.

## DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO

**DESEMPREGADOS**  
(2º trimestre de 2015)

**8,3 milhões**

**1,6 milhão**  
de pessoas a mais que no segundo trimestre de 2014

**421 mil**  
a mais que no primeiro trimestre de 2015

**ADULTOS FORA DA FORÇA DE TRABALHO**

**63,5 milhões**  
628 mil a mais que no segundo trimestre do ano passado e 307 mil pessoas a menos que no primeiro trimestre.

**EMPREGADOS**  
(2º trimestre de 2015)

**92,21 milhões**

**159 mil**  
de pessoas a mais que no segundo trimestre de 2014

**188 mil**  
a mais que no primeiro trimestre de 2015.

O desemprego cresceu sem que o total de ocupados caísse, porque mais gente entrou na força de trabalho (quem está trabalhando e quem está procurando emprego)

